

Ana Cristina Barreto de  
Carvalho  
Carlos Augusto Mattei  
Faggin



## EDES COMO FERRAMENTA DE PRESERVAÇÃO DE CASAS HISTÓRICAS

220

pós-

### INTRODUÇÃO

Tendo como foco a criação de redes temáticas de conservação de casas históricas e museus, esta comunicação apresenta um breve estudo sobre a possibilidade de criação de uma rede temática dessa natureza, uma ferramenta importante que pode trazer benefícios para a gestão de conservação.

Com o objetivo de potencializar os recursos para a conservação de casas históricas e museus, o trabalho em rede propõe uma gestão geradora de valor para o museu e a comunidade em que ele está inserido.

Desse modo, são discutidas as possibilidades de conservação e preservação do patrimônio por meio do trabalho em rede, considerando seus efeitos e reflexos, e, em um universo mais recortado, o Brasil, onde são destacados alguns aspectos históricos, sociais, econômicos e técnicos arquitetônicos da implantação de casas históricas.

I. Considerações introdutórias sobre as redes e sua importância na atualidade.

II. O contexto das casas históricas e suas técnicas tradicionais construtivas no Brasil.

III. Uma proposta de gestão e conservação do patrimônio arquitetônico em rede no Brasil.

## I. CONSIDERAÇÕES INTRODUTÓRIAS SOBRE AS REDES E SUA IMPORTÂNCIA NA ATUALIDADE

A sociedade contemporânea apresenta grandes mudanças culturais e tecnológicas, havendo uma necessidade constante de adaptação à nova realidade. Atualmente, políticas culturais de desenvolvimento multidisciplinares têm levado em conta as identidades culturais distintas, a capacidade criativa, os desafios da globalização e o sistema social em rede. Tudo isso define uma nova dinâmica centrada na conectividade, criando paradigmas de consumo, de produção cultural e de preservação de patrimônio movidos pelo conhecimento, informação e criatividade.

As mudanças trouxeram novos mecanismos de participação, como vias de consolidação da democracia e de sua capacidade de resolução dos problemas que a convivência coletiva gera, o que justifica o compartilhamento de decisões, de custos, de benefícios, de alternativas e soluções entre distintos universos culturais.

O novo modelo organizacional em rede representa uma revisão do conceito de cidadania em pleno exercício de sua capacidade criativa e de articulação. Estimula a criatividade e a defesa das identidades culturais, podendo ser considerado como o descendente pós-moderno de articulação de políticas culturais mais democráticas.

A idéia do trabalho em redes interligadas na área de preservação de patrimônio conecta-se à profunda transformação social descrita pelo sociólogo Manuel Castells<sup>1</sup>, que destaca a necessidade de troca de informação e de conhecimento quase instantânea entre as sociedades, grupos e instituições. Portanto, sendo as casas históricas e museus a ponte entre o bem patrimonial e a sociedade, enquanto importantes intermediadores de cultura, não seriam justamente as redes as estruturas dialéticas que compartilhariam informação e criatividade, somando e potencializando recursos para a preservação?

Profissionais que cuidam da conservação e recuperação do patrimônio, especialmente os que vivem em locais distantes geograficamente, necessitam interagir, compartilhar práticas de gestão, discutir e trocar experiências. As redes permitem, pela troca de conhecimento, o reconhecimento do valor do bem patrimonial, que estimula as ações de conservação e até de musealização, transformando-as em espaços os quais são veículos de compreensão da conformação do local e de temas identitários, pois o outro ajuda a conhecer a si mesmo. Nesse sentido, como importante ponto de partida, o papel essencial das redes temáticas de gestão de conservação é identificar e estimular o cuidado com relação a determinadas condições e aspectos de técnicas construtivas, deixados como herança em uma sociedade, e muitas vezes nem são percebidos pela população. São, assim, modificados pelo homem ao longo do tempo, sem ao menos conhecer-se e respeitar-se sua origem.

Considera-se, portanto, que uma das principais funções do trabalho de articulação em rede é fortalecer as especificidades de cada casa histórica e museu, os quais, por sua vez, representam um contexto sociocultural próprio e

(1) Em CASTELLS, Manuel, *A sociedade em rede*, 1999.

particularidades locais que devem e podem ser preservados por meio de redes, tanto regionais ou nacionais quanto internacionais. Assim, contribuem para o debate da necessidade de valorização e reforço das identidades locais, como uma reação à tendência de homogeneização das referências culturais, constituindo-se em uma autêntica reação ao processo de globalização.

O olhar sobre o patrimônio artístico vem se modificando e evoluindo através dos tempos, com uma noção que passa da veneração à apreciação e uma nova aproximação. Superando o olhar puramente estético, a atual concepção de patrimônio inclui a resignificação e a importância desses espaços no campo social e cultural. A demanda da sociedade contemporânea é clara: está sedenta de informação, sente a necessidade de interagir e, portanto, torna-se essencial aprender sobre as condições que geraram esses bens patrimoniais. Desse modo, qualquer proposta de rede de compartilhamento deve incluir a interação do público com o privado. Redes são interlocutores entre a sociedade civil e os governos, e promovem a institucionalização dos sistemas de parcerias.

No âmbito público, é importante a conexão entre as instâncias nacional e local, pois são os governos regionais que podem viabilizar ações comunitárias a estimularem o cidadão a respeitar e entender o valor do patrimônio que está sendo preservado. Nesse sentido, o sistema de redes não é um projeto de curto prazo, apesar de não existirem ações efetivas que podem modificar imediatamente a dinâmica local da vizinhança.

No entanto, considerando-se as redes como sistemas de articulação política, a constante mudança dos responsáveis pelas políticas culturais dos governos acaba causando uma descontinuidade no trabalho de cooperação entre os diversos âmbitos dos museus, interrompendo projetos os quais, muitas vezes, já foram iniciados e não são concluídos.

Respeitar a memória, adequando-a às necessidades contemporâneas, torna-se o desafio da rede temática de gestão de conservação de casas históricas e museus.

### A estrutura da rede

O modelo cultural de organização social em rede proposto por Manuel Castells, em suas distintas expressões institucionais, tem como estrutura básica nós, conectores, compostos por fluxos de mensagens e imagens que provocam uma profunda mudança nas relações sociais de mão-de-obra, de produção e de difusão cultural da sociedade.

O trabalho coletivo acumulado torna-se cada vez mais importante do que o trabalho individual e isolado, sob novas condições tecnológicas, organizacionais e econômicas de redes de informação e de conhecimento.

Podem ser considerados dinâmicas de redes os fóruns, as associações e conselhos de museus. Mesmo não sendo oficializados como redes, funcionam como tais e cumprem funções importantes das redes, as quais são a articulação política e o estímulo das capacidades criadoras de cada participante, atuando como mediadores de questões sociais, políticas e culturais. A inter-relação de forças e a troca de experiências resultam em maior produtividade de pessoal, serviços e promoção. É visível a diferença dos que não participam da rede e trabalham ilhados. No mundo globalizado em que estamos vivendo, não se justifica mais o isolamento.

### Conservação e uso do patrimônio

A construção de novos modelos inclui, em primeiro lugar, conscientizar e qualificar pessoas para garantir a conservação dos edifícios e das técnicas de habilidades tradicionais aos seus locais de origem; em segundo lugar, promover estratégias de gestão geradoras de valor para as casas históricas e museus, por meio de um círculo virtuoso, que aponta critérios e meios para melhorar a qualidade de serviços à comunidade, com o objetivo de alcançar o cumprimento de suas missões fundamentais e aumentar o interesse do público, sempre considerando que o valor da cultura vai muito mais além de seu impacto econômico. Nas palavras de Bonet (2006): “(...) *seu verdadeiro e intrínseco valor é o de permitir experimentar, conhecer, interagir, transcender, emocionar-se, expressar-se, criar algo novo, comprometer-se, sentir prazer, imaginar, compartilhar...*”<sup>2</sup>

### Gestão geradora de valor

Os recursos dos museus, seus efeitos diretos e indiretos, além da interação dos serviços alimentados pela percepção de valor por parte do público, formam a dinâmica entre o museu e a comunidade.

Sob a perspectiva de percepção de valor por parte do público, é importante considerar que todo bem cultural tem um valor simbólico ligado à personalidade de seus criadores ou representativo da expressão de uma herança ou identidade coletiva. No entanto, para o usuário, a percepção de valor ocorre de outra forma, dividindo-se em: valor funcional, que pode ser decorativo, para entretenimento ou educativo; simbólico, que pode ser patriótico, social ou artístico; e emocional, a incluir os aspectos catártico, rememorativo, passional e sensorial<sup>3</sup>.

No caso dos museus-casas, a percepção de valor está centrada na dimensão afetiva, social e, às vezes, identitária e representativa. Por isso, os critérios para a conservação desses bens patrimoniais estão envolvidos com a complexidade dos aspectos acima apresentados.

Os fluxos de interação entre o museu e a comunidade, considerando a conservação do patrimônio como algo fundamental no desenvolvimento social e econômico, geram um circuito virtuoso de valor e serviço capaz de modificar e desenvolver as comunidades nas quais essas instituições estão inseridas.

Dado que a discussão dessa seção envolve também questões econômicas, apresentaremos algumas considerações mais específicas sobre alguns argumentos econômicos para a formação de redes de museus.

### Aspectos econômicos da formação de redes

O fato de os aspectos econômicos serem considerados explicitamente como algo relevante também fundamenta a importância das redes de museus. Uma rede se justifica, essencialmente, por dois argumentos: o primeiro é o da economia de escala, entendendo como tal a redução de custos que decorre da ampliação do tamanho do empreendimento, se integrado em rede com outros.

Tomado isoladamente, quando uma atividade de preservação expande sua escala, por exemplo, efetuando mais restaurações em obras em um mesmo edifício ou em outras sedes, utilizando-se da mesma equipe, em princípio, tem o benefício de reduzir o custo médio por obra realizada ou por número de visitantes. Custo que também vai se revelar menor com relação à manutenção desse prédio ou dessa equipe.

(2) BONET, Luis. “Conferência para a disciplina Aspectos Econômicos e Mercadológicos da Arte, do Programa Inter-Unidades da FEA-USP (Faculdade de Economia e Administração da Universidade São Paulo)”, 12 set. 2006.

(3) BONET, Luis. Palestra “Chaves introdutórias à economia da arte e da cultura”, na FEA-USP, São Paulo, 2006.

No caso de formação de redes, o benefício da escala é usualmente de outra natureza e ocorre mesmo com os museus não alterando sua escala individualmente. Atuando em rede, eles podem, por exemplo, reduzir os custos de aquisição de materiais, como a de folhetos de divulgação de informação, por exemplo, devido à compra em conjunto e a preços menores, em maiores quantidades do que aquelas que seriam individualmente adquiridas. Pode-se também admitir que, com a união de forças, uma rede terá maior poder de barganha para obter patrocínios e verbas. Da mesma forma, poderão estabelecer planos em conjunto, com o custo médio por membro da rede sendo menor do que ocorreria se o plano fosse individualizado, caso no qual, talvez, nem fosse realizado. Na mesma linha, inscrevem-se outros custos, como o de compartilhamento de *sites*, de contratos de restauração de obras, de realização conjunta de programas para treinamento de pessoal, de aquisição de materiais museográficos para as exposições e de ações, como a definição de um roteiro integrado de visitas com transporte (de obras e do público visitante) e divulgação conjunta.

O segundo benefício econômico é o de externalidades recíprocas. Por externalidades entendem-se os benefícios auferidos de forma gratuita por um agente econômico, podendo acontecer de nem mesmo o agente fornecedor do benefício ter conhecimento de sua existência.

Na medida em que um museu-casa divulga sua própria sede, também estimula o interesse dos profissionais de outras casas a ações similares, e também aumenta o interesse e a visitação do público às outras casas do entorno, facilitando a difusão de informações sobre cada uma e aumentando a visitação de todas. O contato entre diretores e funcionários dos membros da rede também poderá gerar externalidades derivadas de acesso a mais informações, conhecimentos e especialização.

Outro tipo de externalidade ocorre reciprocamente em relação às economias local, regional ou nacional. Essas dimensões da economia oferecem externalidades aos museus na forma de infra-estrutura: estradas, hospedagem e alimentação para visitantes no entorno dos museus. Sem essas externalidades, as visitas aos museus existiriam em número menor. De modo recíproco, a economia, em particular a local, beneficia-se do museu na medida em que ele gera renda e emprego para a comunidade. Isso também ocorre nas esferas regional, nacional e internacional, mas, evidentemente, os impactos seriam menos identificáveis nesses casos.

### As redes no Brasil

O histórico brasileiro da estrutura em redes de museus data dos anos 80, com alguns casos que não tiveram continuidade<sup>4</sup>, e, mais recentemente, no final da década de 1990, com as bases do sistema atuante hoje no país, consolidando sua política pública de museus, condição fundamental para o desenvolvimento do sistema de redes articuladas. Da Política Nacional de Museus, lançada em 2003, nasce o Sistema Brasileiro de Museus<sup>5</sup>, modelo institucional que organiza os museus do país, sejam eles municipais, federais, estaduais, de âmbito público ou privado, desde que sejam considerados de interesse público. Por meio de sua atuação administrativa, estimula a criação e a implantação das redes como articulação política.

O sistema de redes no Brasil caracteriza-se por uma estrutura nos âmbitos federal, estadual e municipal, mas não existe ainda uma rede temática específica

(4) Como por exemplo, a Fundação Pró-Memória, 1986; a rede de Goiás, que se articulou, mas não funcionou; e a Rede Estadual de Museus de São Paulo, atualmente sendo reestruturada.

(5) Decreto n. 5.264, de 5 nov. 2004.

para a conservação de casas históricas. O que já existe são fóruns de debate, como, por exemplo, o II Encontro de Palácios, Museus-Casas e Casas Históricas, realizado em 2008 pela Casa Civil do governo do estado de São Paulo, no qual foram discutidas as possibilidades de preservação dessas tipologias de patrimônio.

Na esfera municipal, a primeira rede criada no Brasil foi a de Ouro Preto, em Minas Gerais, e, em seguida, as redes de Pelotas e de Santa Maria, no Rio Grande do Sul. Estão em processo de criação ou reformulação as redes dos estados do Maranhão, Pará, Acre, Espírito Santo, Mato Grosso do Sul e São Paulo.

## II- ALGUNS ASPECTOS DO CONTEXTO BRASILEIRO

### Brasil: aspectos físicos e políticos

O Brasil tem dimensões continentais correspondentes a cinco fusos horários no sentido leste-oeste e mais de 30° de latitude no sentido norte/sul. O clima varia de tropical a subtropical e temperado e as temperaturas médias variam de 12°C a 30°C. Nesse quadro é fácil entender que, ao abordarmos aspectos da arquitetura tradicional e contemporânea, a palavra-chave para a compreensão do quadro brasileiro é diversidade.

Outro complicador a ser acrescentado nesse quadro geográfico já complexo diz respeito às características políticas de um país que foi colônia portuguesa durante 322 anos – período colonial; império regido por monarcas de origem portuguesa por 67 anos – período imperial; e é república há 120 anos – período republicano. Neste período, duas ditaduras se estabeleceram no Brasil: entre 1938 e 1945, a ditadura civil de Getúlio Vargas e, entre 1964 e 1985, a ditadura militar com quatro presidências espúrias.

Durante o período colonial, o país foi alvo da cobiça de outras nações européias: a França, que chegou a estabelecer território na região Sudeste (Rio de Janeiro), a França Austral, e, na região Norte, com a fundação de São Luís (hoje, capital do estado do Maranhão) e Alcântara, no primeiro século da colonização. No segundo século, os holandeses tiveram mais sucesso ao procurar implantar território na região Nordeste, em Recife (hoje, capital do estado de Pernambuco) e Olinda. Ingleses estiveram presentes nas costas brasileiras durante os quatro séculos iniciais de existência do país, com atividades de pirataria e controle do tráfico de escravos entre a África e a América. Territórios estrangeiros na região do Brasil deram origem às três Guianas (Holandesa, Inglesa e Francesa), resultantes de indenizações à expulsão dos invasores.

Acresce a isso o fato de a coroa portuguesa ter estabelecido uma espécie de *joint venture* com a igreja católica desde os primeiros anos da colonização, especialmente com os jesuítas, secundados por franciscanos e carmelitas. Em 1765, o marquês de Pombal, primeiro ministro português na época do terremoto que assolou Lisboa, decidiu expulsar os jesuítas de Portugal e das colônias na tentativa, parcialmente bem sucedida, de retomar o poder civil e fazê-lo dissociado do poder religioso. Devido a essa intensa presença católica no Brasil durante os períodos colonial e imperial, a visão católica prevalece na arquitetura e nas demais artes. Só a república deu início à separação desses dois poderes paralelos, separação essa que apenas agora começa a ser visível.

Figura 1: Antiga senzala do Engenho Matas, no Cabo de Santo Agostinho, Pernambuco, século 18  
 Fonte: GOMES, Geraldo. *Engenho e Arquitetura*. Recife: Fundaj/Ed. Massangana, 2006, p. 335



Figura 2: Perspectiva do Engenho Noruega, por Cícero Dias para o livro *Senhor e escravos*, de Gilberto Freire  
 Fonte: PIRES, Fernando Tasso Fragoso. *Antigos engenhos de açúcar no Brasil*. RJ: Nova Fronteira, 1994, p. 41

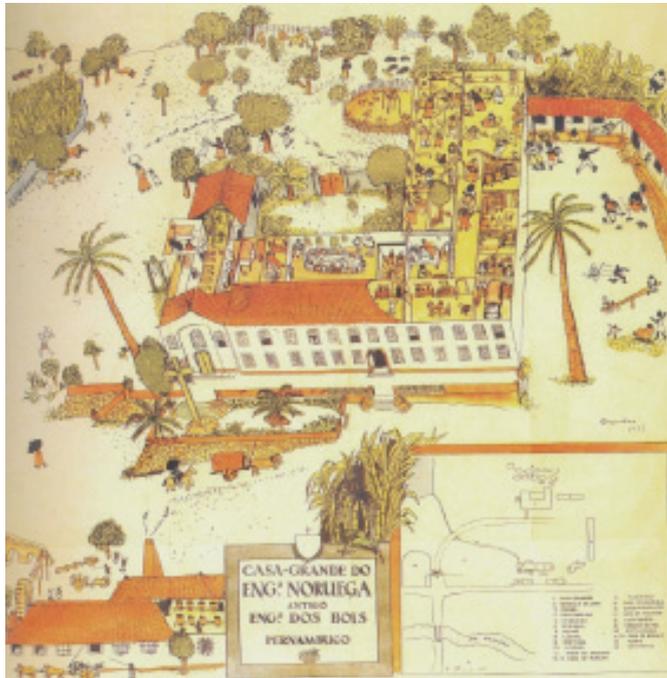


Figura 3: Engenho, casa grande, capela e senzala, do final do século 18 e começo do 19 – Engenho Pernambuco Novo da Conceição (direita) e Engenho Pintos, em Moreno, Pernambuco (esquerda)  
 Fonte: GOMES, Geraldo. *Engenho e arquitetura*. Recife: Fundaj/Ed. Massangana, 2006, p. 323

Fato de importância no percurso sociopolítico brasileiro foi a malsucedida tentativa de independência brasileira, em 1798, à luz da Revolução Francesa, e que, se bem-sucedida, teria mudado sobremaneira os anos seguintes, especialmente o século 19 brasileiro. A mudança da corte portuguesa de Lisboa para o Rio de Janeiro em fuga de Napoleão, em 1808, criou um fato inusitado, só antes visto quando a sede do Império Romano foi deslocada de Roma para Constantinopla, até então colônia e sede oriental do império. Em 1822, a independência brasileira devolveu a corte a Portugal. Cabe acrescentar que esse fato, entre outros, foi responsável por diversos atrasos sociopolíticos com grande repercussão na arquitetura e nas artes: o Brasil foi o último país da América a declarar sua independência, o último a abolir a escravidão e, por fim, a última república a estabelecer-se no continente.

### Brasil: ciclos econômicos

Durante os primeiros 400 anos de existência do país, podemos identificar quatro ciclos econômicos diferentes e sucessivos, todos eles de economias de monoculturas: o ciclo da exploração da madeira da costa brasileira, o ciclo da exploração da cana-de-açúcar e sua agroindústria, o período da exploração das riquezas de metais e pedras no subsolo brasileiro e o período da exploração do café e derivados, na forma de outra agroindústria. Esses períodos econômicos devem sua existência e crescimento à exploração da mão-de-obra escrava, inicialmente indígena e, posteriormente, negra – a principal fonte de energia nos quase 400 anos em que foi aceita e tolerada no Brasil. Os ciclos da madeira, agora deslocado para as regiões Norte e Centro-oeste, da cana-de-açúcar e do café, agora com características de exploração mais racional, persistem, ainda hoje, lado a lado ao vigoroso crescimento industrial, iniciado na metade do século 19, na região Sudeste, especialmente em São Paulo.

Intencionalmente, a segunda metade do século 19, o século 20 e os dias atuais, período no qual o ciclo econômico da industrialização teve lugar e desenvolve-se com vigor até hoje, foram deixados de lado. Isso se deve ao fato de esse ciclo econômico merecer um tratamento específico que não cabe na brevidade desta comunicação.

Cada um desses ciclos econômicos produziu e serviu-se de manifestações próprias da arquitetura – religiosa, institucional ou civil, a que mais nos interessa neste momento. Ao lado disso, a cultura colonial produziu também pintura, escultura, mobiliário e alfaias de significado plástico e artístico notáveis. A arquitetura pode ser fisicamente dividida em dois grandes grupos de programas de necessidades: a rural e a urbana. A primeira predominante nos períodos colonial e imperial e, a segunda, a qual começou a prevalecer a partir da segunda metade do século 19, ao lado da industrialização crescente.

É necessário dizer que os ciclos econômicos citados tiveram áreas geográficas de expansão distintas. O da madeira da costa espalhou-se desde o Norte e Nordeste até a região Sudeste, impulsionado pelos donatários que, em troca da posse das capitânicas hereditárias, tinham de servir o reino português com receitas derivadas da exploração das riquezas naturais da colônia. O da cana-de-açúcar teve início simultâneo no Nordeste e Sudeste, vingando, inicialmente, na região Setentrional e, depois, na Meridional. A cana-de-açúcar descreveu uma trajetória curiosa, descendo da região Nordeste para a região

Figura 4: Casa de engenho, século 18 – Capela anexa à casa grande  
Fontes: PIRES, Fernando Tasso Fragoso. *Antigos engenhos de açúcar no Brasil*. RJ: Nova Fronteira, 1994, p. 53



Figura 5: Detalhes no interior da casa histórica, século XIX, e seus diversos estilos tradicionais: trabalhos com madeira, ferro e azulejos  
Fonte: PIRES, Fernando Tasso Fragoso. *Antigos engenhos de açúcar no Brasil*. RJ: Nova Fronteira, 1994, p. 65



Sudeste ao longo de 300 anos, em que se estabeleceu e fixou em escala industrial, ainda convivendo com o plantio mais artesanal existente no Nordeste brasileiro.

O ciclo das pedras e metais preciosos teve duração efêmera e abrangência geográfica restrita. Durou cerca de 100 anos, coincidentes com o século 18, e prosperou, principalmente, no interior da colônia, no Centro e Centro-Oeste brasileiros (províncias de Minas Gerais e Goiás).

### Brasil: aspectos técnicos e tecnológicos da arquitetura

As técnicas construtivas e os materiais empregados na construção da arquitetura brasileira variaram ao longo da história em função da localização geográfica de suas manifestações, da mão-de-obra empregada, do ciclo econômico em vigência e dos programas de necessidades, que justificaram sua existência. De forma geral e resumida, podemos descrever cinco tipologias construtivas que deram origem a cinco formas diferentes de expressão arquitetônica: a arquitetura da madeira, a arquitetura da taipa, a arquitetura da pedra e cal, a arquitetura da alvenaria do adobe e a arquitetura do tijolo.

A arquitetura da madeira foi a primeira expressão arquitetônica brasileira, na verdade, expressão da arquitetura indígena, da qual os portugueses recém-chegados se apossaram respeitosamente. Permanece, em sua forma original, nas reservas indígenas e como patrimônio das tribos dispersas pelas regiões Norte e Centro-Oeste do Brasil. Teve duração efêmera, na medida em que foi logo substituída por outras formas arquitetônicas mais eruditas de origem européia. É fato, porém, que o colonizador recém-chegado viu e apropriou-se com respeito da arquitetura indígena e, em algumas regiões, como São Paulo, houve uma interessante simbiose dessa expressão com o *know-how* português da carpintaria náutica, ciência da qual os lusitanos tinham grande domínio ainda no século 16. Apenas nos meados do século 19, a arquitetura da madeira voltou a ter expressão vernacular no Brasil, devido à presença dos imigrantes alemães, poloneses e eslavos que para cá trouxeram suas arquiteturas populares, especialmente ambientadas na região Sul do país, em vista da localização desses imigrantes e das grandes reservas de madeira ali existentes.

A arquitetura da taipa de pilão e de mão ou de sopapo deve sua existência, principalmente na região Sudeste, na cidade de São Paulo e algumas outras cidades da região, a algumas coincidências: falta da pedra que servisse de matéria-prima para a arquitetura e a construção civil nessa região, a presença entre os primeiros colonizadores portugueses de pessoas originárias do sul de Portugal (região onde a taipa de pilão tem expressão maior) e, por fim, o afastamento deliberado da civilização paulista da autoridade portuguesa, isolada pelo planalto paulista e pela distância física da costa e da autoridade fiscal portuguesa. Em São Paulo e região, certamente a área mais pobre e menos desenvolvida durante o período colonial, a taipa foi o único material de construção por cerca de 350 anos. Entretanto, trata-se de material de difícil manutenção e sofre demais com a dureza do regime de chuvas da região Sudeste. Assim, tão logo o dinheiro do café se apresentou para os paulistas, trataram eles de substituir a taipa pelo tijolo com duplo objetivo: modernizar-se e desfazer os laços culturais paulistas com os sinais de pobreza, representados pela taipa e o período colonial.

Figura 6: Monjolo,  
Almano de Almeida  
Ranch, Mogi das Cruzes,  
São Paulo  
Fonte: HOLANDA, Sérgio  
Buarque, 1902-1982.  
*Caminhos e fronteiras*.  
São Paulo: Cia das  
letras, 1994, p. 131

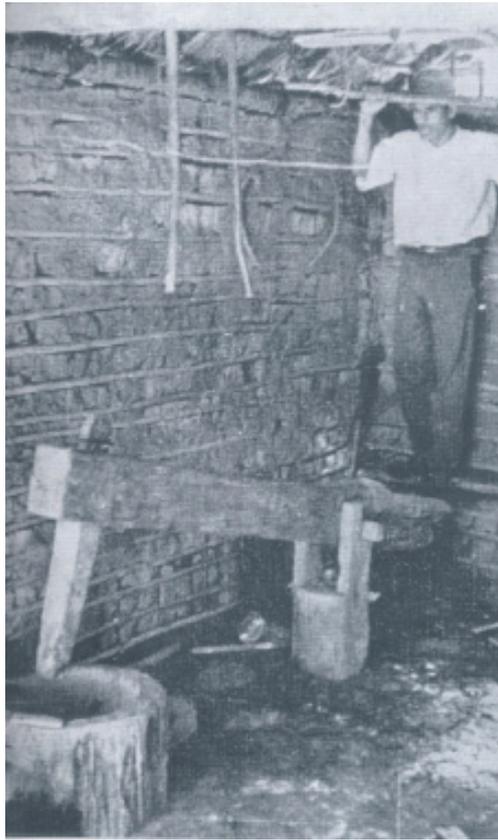


Figura 7: Casa do Bandeirante e Casa do Sertanista – século 18 – São Paulo  
Fonte: Imagens de apresentação de Lya Mayumi e Mauro Sanches no II Encontro de Palácios, museus e casas históricas, 2008

A arquitetura de pedra e cal deve sua origem à abundância de sua existência nas cidades de costas brasileiras, à existência de mão-de-obra portuguesa especializada no uso desse material (vinda da região norte de Portugal) e à existência de sambaquis, cemitérios indígenas resultantes da acumulação de osso e conchas marítimas usadas para compostar os cadáveres. Os sambaquis foram depredados em larga escala como fontes fornecedoras de cal de alta qualidade, opção no assentamento e no rejuntamento das pedras empregadas nessa arquitetura. Trata-se, mais uma vez, de uma simbiose de materiais e técnicas construtivas portuguesas com o ambiente civilizatório indígena brasileiro. As cidades brasileiras de fundação da Coroa portuguesa e as demais cidades litorâneas são marcadas pelo uso da arquitetura da pedra e cal, para atendimento dos três programas de necessidades: religioso, civil e institucional.

O adobe, tijolo cru ou seco ao sol, fez as vezes de material de construção primitivo característico da arquitetura rural nordestina e ligado à agroindústria da cana-de-açúcar. Embora tecnicamente se assemelhe ao tijolo cozido, não podemos considerá-lo como antecessor desse último. O tijolo cozido, cujo aparecimento se deu durante o século 19, veio para o Brasil pelas mãos dos imigrantes europeus que aqui chegaram, já a partir da segunda metade do século, em substituição à mão-de-obra escrava, a qual rareava em relação à demanda criada com o crescimento da agroindústria do café e também à pouca ou nenhuma formação dos escravos à vista das novidades tecnológicas que aqui chegavam com a industrialização.



Figura 8: Construções indígenas. Visão aérea da vila dos índios yanomami, Doshamosha-teri, fronteira Brasil-Venezuela (feita com três troncos e um tipo de bambu, coberta por folhas de palmeira ou palha, elas podem durar por mais de 20 anos. Não há janelas; no entanto, a circulação do ar ocorre por meio de pequenas portas e frisos entre os bambus na parede. Fonte: CRUZ, Valdir. *Faces da floresta: Os yanomami*; São Paulo: Cosac & Naify/Fundaj, 2004, (p.10 and 11 and inside cover-detail)

### Brasil: agências e institutos do patrimônio histórico

No Brasil, há três níveis hierárquicos para a identificação, preservação e conservação do patrimônio arquitetônico: no âmbito federal, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan); nos âmbitos estadual ou provincial, em São Paulo, o Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo (Condephaat); e, ainda, no âmbito municipal, na cidade de São Paulo, o Conselho de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da cidade de São Paulo (Conpresp). São órgãos independentes, mas com deveres *ex-aequo* de cima para baixo. O Iphan foi fundado em 1938, durante a ditadura de Vargas. O Condephaat, em 1968, durante a ditadura militar, e, o Conpresp, em 1985.

Ocorre que as iniciativas de projeto e execução de obras é terceirizada em todas as três instâncias de defesa do patrimônio. Isto é, o Estado não assume as responsabilidades referentes à promoção e à operação direta da preservação e do restauro de bens imóveis no Brasil. São raras as exceções a essa regra, e ocorrem em regiões como a Bahia e Minas Gerais, onde ainda há resíduos de tempos passados, quando o Iphan mantinha pessoal habilitado a projetar e executar obras de restauro. Durante o governo de Fernando Collor, o órgão federal de preservação foi desmontado, tornando-se mera agência burocrática de decisão.

Ainda assim, é possível integrar e estruturar as ações envolvendo os três níveis de preservação do patrimônio, tendo em vista que os horizontes tendem ao contemporâneo, na medida em que descemos do âmbito federal para o municipal. Isso quer dizer que é possível pensarmos em uma espécie de especialização, de salvaguarda de documentação e, certamente, em ações locais mais voltadas para as particularidades das técnicas construtivas e das tecnologias já apontadas como regionais ou ligadas a ciclos econômicos geograficamente delimitados. A reversão desse quadro poderá ocorrer por intermédio do incentivo ao ensino e à permanência das técnicas construtivas nas diversas regiões brasileiras, com o objetivo de especializá-las na preservação daquilo que, historicamente, diz mais respeito à cultura local.

### III. BRASIL: PROPOSTA DE GESTÃO E CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO EM REDE

A nosso ver, as políticas contemporâneas com o objetivo da promoção dos valores materiais e imateriais do patrimônio arquitetônico brasileiro devem se equipar para promover um trinômio composto: inventário, salvaguarda e difusão do conhecimento. Estamos falando de redes estruturadas que deverão se articular em três níveis diversos e complementares.

Em primeiro lugar, o conhecimento e identificação dos objetos que ocorre preservar para manter por mais tempo seu contato com a sociedade. Parece-nos que os institutos de defesa do patrimônio têm essa função como sendo um valor intrínseco. Nesse sentido, a essas entidades caberá inventariar, identificar, conhecer dimensionalmente, documentar, recolher a iconografia e informações históricas daquilo que interessa preservar e restaurar. Em seguida, caberá a elas, também, traçar políticas e determinar prioridades para a promoção dessas ações de valorização e permanência.

Em segundo lugar, aos museus-casas caberá a salvaguarda material desse patrimônio; de um lado, porque estarão instalados em edifícios com características tais que serão, em si, os próprios objetos a serem preservados e mantidos como testemunhas históricas do que tratamos. E, por outro lado, porque promoverão, de forma direta e por comparação e similaridade, a preservação e o restauro de outras casas históricas com características importantes, já apontadas nos inventários desenvolvidos pelos institutos de patrimônio. Também caberá a eles estreitar o contato com as comunidades com as quais se relacionam, a fim de reduzir a distância mítica que hoje ainda separa essas comunidades da fruição desse valioso patrimônio. Será, assim, realizada uma ponte de informações com duas diferentes direções de ação, ora informando, ora colhendo informação das fontes diretas às quais devem servir. Estimularão, assim, a aproximação e a convivência do museu com a comunidade, convivência essa que é a própria razão de ser do museu contemporâneo.

Em terceiro lugar, o ensino e a difusão do conhecimento técnico caberão a uma rede de escolas técnicas que terão a finalidade de difundir esse conhecimento, impedindo, por um lado, que ele se perca, como ocorre amiúde pelo mundo inteiro, e, por outro lado, aumentando rapidamente a oferta de mão-de-obra qualificada em condições de engajar-se nesse trabalho sociocultural de importância – a preservação e o restauro da arquitetura residencial no Brasil.

Como conclusão, nossa proposta definirá áreas de vocação específica para o desenvolvimento técnico alinhado aos diversos ciclos econômicos e relacionado com as técnicas construtivas, características de cada um deles e decorrentes, ao mesmo tempo, das diferenças regionais tão acentuadas em nosso país.

Em linhas gerais, as iniciativas de inventário, salvaguarda e difusão de conhecimento da arquitetura da madeira estarão localizadas junto das reservas indígenas no Centro e no Norte do país. Além disso, novos centros de estudo estarão localizados na região Sul, nas regiões onde se espalha a arquitetura vernácula da madeira no Brasil.

Também as políticas de inventário, salvaguarda e difusão cultural da arquitetura da taipa de pilão e de mão estarão localizadas na região Sudeste, núcleo principal da arquitetura da terra.

A arquitetura da pedra e cal, certamente a mais difundida técnica construtiva brasileira nos primeiros 350 anos da civilização ocidental, estará disseminada no litoral brasileiro, de Sudeste a Norte e Nordeste. Ainda, teremos centros de excelência nas áreas da mineração no Centro e Centro-Oeste brasileiros.

A arquitetura do adobe deverá ter seu inventário, salvaguarda e difusão promovidos na região Nordeste do Brasil. Haverá, ainda, de conceder-se especial atenção para as regiões Norte e Centro-Oeste, onde essa técnica foi usada em escala ampla na fase de expansão das fronteiras brasileiras, com a pedra e cal.

O tijolo, da mesma forma que a pedra e cal, foi e é uma técnica construtiva que se encontra com pequena defasagem de tempo em diversos pontos do Brasil, mas com ênfase para a região Sudeste. Assim, o inventário, salvaguarda e difusão dos conhecimentos, associados a essa tecnologia, deverão estar concentrados nas regiões de sua predominância.

É importante notar que haverá, por esse modelo de desenvolvimento, uma distribuição ponderada de responsabilidades entre essas diversas instituições, os institutos, os museus-casas e as escolas técnicas, integrando definitivamente esses institutos, que ainda agem separadamente nos dias de hoje, e que, assim, terão potencializadas suas capacidades de gestão, entregando e integrando seu trabalho com as comunidades, as quais são o fim único de sua existência como ferramentas sofisticadas de promoção cultural material e imaterial.

## BIBLIOGRAFIA

BÉGHAIN, Patrice. *Le patrimoine: Culture et lien social*. Paris: Presses de La Fondation Nationale des Sciences, 1998.

BONET, Luis. *Conferência para a disciplina Aspectos Econômicos e Mercadológicos da Arte, Programa Inter-Unidades da Faculdade de Economia e Administração da Universidade São Paulo*. São Paulo: FEA-USP, 2006.

CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e terra, v. 1, 1999.

CHASTEL, André; BABELON, J. P. *La notion de patrimoine*. Paris: Éditions Liana Levi, 1994.

DIERKING, Lynn D. *Rôle de l'interaction sociale dans l'expérience muséale*. Paris: Publics et Musées, n. 5, p. 19-44, 1995.

GOMES, Geraldo. *Engenho e arquitetura*. Recife: Fundaj/Massangana, 2006.

HERNÁNDEZ, Ballart Joseph; TRESSERRAS, Jordi Juan. *Gestión del patrimonio cultural*. Barcelona, [s. n.] 2005.

MALRAUX, André. *O museu imaginário*. Lisboa: Setenta, 2000.

PIRES, Fernando Tasso Fragoso. *Antigos engenhos de açúcar no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.

SUBIRATS, Eduardo. *A penúltima visão do paraíso: Ensaio sobre memória e globalização*. São Paulo: Studio Nobel, 2001.

THROSBY, David. *Economía y cultura*. 1. ed. Madri: Cambridge University Press, 2001.

### Obs.:

Esta colaboração é resultante da participação dos autores na Reunião Anual do DEMHIST em Stavanger, Noruega (Demhist Annual Conference – 2009 Stavanger/Sand – Norway)

---

**Ana Cristina Barreto de Carvalho**

Doutora e mestre em Artes Visuais, com linha de pesquisa em Teoria, Crítica e História da Arte, pela Escola de Comunicações e Artes (ECA-USP); pós-graduação em Gestão e Turismo Cultural, na Universidade de Barcelona; especialização em História da Arte Decorativa e Catalogação de Obras de Arte, na Christie's Education, Nova York.

Secretária geral em exercício da ABCA (Associação Brasileira de Críticos de Arte), membro do ICOM e DEMHIST (Conselho Internacional dos Museus e Comitê das Casas Históricas), conselheira do Instituto Cultural de Cerâmica de Cunha, presidente do Conselho Consultivo e curadora do Acervo Artístico-Cultural dos palácios do governo do estado de São Paulo. Atualmente desenvolve pesquisa na área de casas históricas e casas museus e coordena a criação de uma rede de casas museus no Brasil.

Rua da Consolação, 2920, ap. 13. Cerqueira César

01416-000 – São Paulo, SP

anacristina@usp.gov.br

**Carlos Augusto Mattei Faggin**

Professor livre-docente do Departamento de História da Arquitetura e Estética do Projeto, da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, coordenador didático da seção de Produção de Bases Digitais para Arquitetura e Urbanismo (Cesad). Conselheiro do Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo (Condephaat).

Doutor e mestre em Estruturas Ambientais Urbanas pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. Possui cursos de especialização em "Problemas urbanos em países em desenvolvimento", Harvard University, e "Questões urbanas e arquitetônicas para habitação popular", Bouwcentrum for International Education em Roterdã, Holanda. Professor de Projeto de Arquitetura na Faculdade de Arquitetura da Universidade Presbiteriana Mackenzie, de 1976 a 1983, e de História da Arquitetura na Faculdade de Arquitetura de Santos, de 1979 a 1985. Atualmente, é professor de História da Arquitetura da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo.

Foi vice-presidente do Instituto de Arquitetos do Brasil, Departamento de São Paulo (IAB-SP), biênio 2005-2007, e é conselheiro do Conselho Consultivo do Acervo Artístico dos palácios do governo do estado de São Paulo.

Universidade de São Paulo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Departamento de História da Arquitetura e Estética do Projeto

Rua do Lago, 876. Cidade Universitária

05508-900 – São Paulo, SP

(11) 3091-4553

faggin@usp.br/carlos@faggin.com.br